

Entre dois reinos: Conde de Palmela e a diplomacia luso-brasileira

Bruna Coutinho Gonçalves Belchior¹

Resumo:

Entre os anos de 1814 e 1822, o conde de Palmela foi personagem fundamental nas relações diplomáticas do império luso-brasileiro. Representante português de destaque no congresso de Viena e nas negociações em torno de questões fundamentais como a abolição do tráfico de escravos, a fixação de limites com a América meridional ou a delicada posição da monarquia portuguesa no concerto europeu. Sua trajetória individual é, então, ponto de partida para abordar aspectos políticos fundamentais para a viabilidade do projeto de império luso-brasileiro. Momento em que a elevação do Brasil à condição de Reino Unido demarca a necessidade de definir os contornos da organização de um Império, dividido entre dois reinos e diversos interesses.

Palavras-chave: Império luso-brasileiro – diplomacia – Conde de Palmela

Abstract:

Between the years 1814 and 1822, the Count of Palmela was a very important agent of the Portuguese diplomacy. Portuguese representative at the Congress of Vienna, leading negotiations around key issues such as the abolition of the slave trade, setting limits to the American South or the delicate position of the Portuguese monarchy in the European concert. Therefore, his individual trajectory is the starting point to study critical policy issues to the viability of the Portuguese empire project. Moment when the rise of Brazil to the condition of UK marks the need to define the organization contours of an empire, divided between two kingdoms and various interests.

Key words: Luso-Brazilian Empire, diplomacy, Conde de Palmela.

A crise do Antigo Regime português é momento chave na historiografia. Momento de transformações profundas, que inauguraram novas e seculares concepções acerca dos fenômenos políticos, sociais e econômicos e, ao mesmo tempo, limitavam as formas de sociabilidade cortesã.

Período de referências e linguagens múltiplas, capazes de tornar o trabalho do historiador tão difícil quanto interessante. Afinal, tal época de hibridez, tomada pelos ares revolucionários e temerosos permite contemplar profundamente os impactos mais

¹ Bacharel e licenciada em História pela UFF. Mestranda em História pela UERJ. Bolsista CAPES.

irreversíveis ao absolutismo monárquico que os pensadores iluministas já há algum tempo evidenciavam.

No caso ibérico, por sua vez, o contexto problemático do século XVIII, que promovera tentativas e providências reformistas para re-estruturar a máquina burocrática imperial, foi atribulado pela Revolução Francesa. A situação de fragilidade que a coroa portuguesa tentava reverter, e que a impulsionava a uma política de neutralidade frente às potências europeias e seus eventuais conflitos, estava flagrante e maximizada pela ameaça francesa de invasão caso os acordos econômicos com a Inglaterra não fossem abandonados.

A partir de então, irreversivelmente, Portugal era conduzido pela emergência de resoluções frente aos interesses de Inglaterra, França, além das eternas e agora mais enfáticas ameaças da vizinha Espanha. Para o historiador Reinhart Koselleck:

Pertence à natureza da crise que uma decisão esteja pendente mas ainda não tenha sido tomada. Também reside em sua natureza que a decisão a ser tomada permaneça em aberto. Portanto, a insegurança geral de uma situação crítica é atravessada pela certeza de que, sem que se saiba ao certo quando ou como, o fim do estado crítico se aproxima. A solução possível permanece incerta, mas o próprio fim, a transformações das circunstâncias vigentes – ameaçadora, temida, ou desejada -, é certo. A crise invoca a pergunta ao futuro histórico (KOSELLECK, 1999: 111)

Essa longa citação permite vislumbrar aquele que é o maior ponto de inflexão, impulsionando as pesquisas que se debruçam sobre a virada do século XVIII para o XIX: que condições levaram a um momento de crise. Como se deu o estabelecimento de uma concepção de modernidade que alteraria, em diferentes níveis, os modos de organização social do mundo ocidental. O conceito de crise é, de fato, importante por permitir conceber a multiplicidade de formas e significados possíveis. Questão que, sob diferentes nuances, alimentou a curiosidade e o empenho de inúmeros historiadores preocupados em desvendar os elos entre o Iluminismo, o pensamento filosófico, as idéias liberais, as transformações econômicas, a noção de indivíduo, as dinamizações da vida social e o conjunto de revoluções que transformaram o panorama político da Europa, levando consigo o resto do mundo. Há algo perturbador acerca da rapidez assumida pelo *tempo* do século XIX e da noção constante de movimento que toma conta das vidas humanas a partir de então.

Modernidade esta que, segundo as análises de Koselleck, poderia ser traduzida pela elaboração de uma idéia de progresso e por uma visão de futuro que se distingue irremediavelmente do passado em busca do novo.

É seguindo esse panorama geral, nas imbricações entre o contexto internacional e as vicissitudes da conjuntura portuguesa (ou luso-brasileira) de início do século XIX que a presente pesquisa constrói-se. A partir de desafiante pano de fundo foi elaborada a temática específica de análise. A emergência do Brasil como corpo político autônomo é vislumbrada

apenas e em decorrência de múltiplas e novas dimensões elaboradas ao mesmo tempo em que continuidades também fundamentavam e legitimavam práticas políticas. Segundo a historiadora Ana Rosa Cloquet da Silva:

Sob tal enfoque, revelam-se aspectos inéditos das interfaces entre Estado, nação e identidades, bem como do papel desempenhado por indivíduos que traduzindo percepções distintas do fenômeno em curso, encabeçaram a gama de projetos alternativos que confrontaram no momento da transição (...) no espaço luso-brasileiro. (SILVA, 2007: 30)

Nesse sentido, parece-nos fundamental desvendar parte da trajetória individual de um personagem que atuou e conviveu com muitos dos dilemas que formaram as experiências e impulsionaram conjecturas sobre o futuro de uma conjuntura tão particular e dinâmica. A redução do foco de análise proposta pretende abordar os limites e possibilidades de uma elite de Estado perante um particular contexto histórico. A complexidade e indeterminação do processo que levou do projeto de Império luso-brasileiro à sedimentação do projeto de Império do Brasil é o eixo que norteia a presente pesquisa.

E, para tal, um homem público, em especial, foi colocado no centro das análises, numa conjuntura muito específica e delicada. O objetivo traçado, então, é reconstituir a discussão política do governo joanino quanto às questões do tráfico de escravos e da fixação de limites com a América meridional. Para tanto, definiu-se como ponto principal de investigação a atuação do conde de Palmela à frente das negociações da política externa luso-brasileira, desde 1814, durante as reuniões do Congresso de Viena, até 1821.

Apresentar, em linhas gerais, tais elementos – sob diversas nuances já tratado por inúmeros estudiosos – justifica-se pela tentativa de proporcionar maior concretude ao seguinte problema: como inserir a diplomacia luso-brasileira no contexto mais amplo das concepções políticas, então em jogo, quando da tentativa contra-revolucionária e monárquica oriunda da transmigração da família real portuguesa para o Rio de Janeiro? Melhor dizendo, quais as relações e inter-penetrações entre a conjuntura internacional e os múltiplos projetos sócio-políticos pretendidos nos anos em que o Rio de Janeiro afirmava-se como sede imperial monárquica?

Pretende-se, portanto, verificar como a história diplomática portuguesa influenciou as decisões que delinearão os projetos políticos discutidos e defendidos na Corte do Rio para o Império luso-brasileiro, bem como para a independência do Brasil em 1822.

O Conde de Palmela entre dois reinos

D. Pedro de Sousa Holstein – 1º conde, 1º duque e 1º marquês de Palmela - nasceu em 1781, na cidade de Turim. Filho de família aristocrática, seu pai era o renomado diplomata D. Alexandre de Sousa Holstein – conde de Sanfré -, enquanto sua mãe, D. Izabel Juliana de Souza Coutinho, ficara conhecida pela resistência em firmar –e depois consumir – o casamento com um dos filhos do marquês de Pombal.

Sua história de vida, portanto, é atravessada pelas transformações do mundo ocidental. Ao mesmo tempo em que sempre teve em Lisboa sua referência primordial, desde a infância – em decorrência da carreira diplomática do pai – vivera em diferentes países europeus (Dinamarca, Itália, Alemanha, Inglaterra, França, além de Portugal). A Revolução Francesa atravessou e marcou sua infância, a contar pela impossibilidade de reencontrar seu pai, permanecendo, junto aos irmãos, sob os cuidados de seu preceptor Mr. Monod em Genebra de 1789 até 1794. Nesse momento, então, relata em seus *Apointamentos autobiográficos* suas lembranças sobre a convivência com uma aristocracia européia apreensiva com os acontecimentos pós-revolucionários.

Na verdade, a narrativa cronológica de sua vida não deixa de apresentar fatos interessantes. Afinal, alguém que convivera entre fatos e personagens históricos impressionantes sempre desperta curiosidades. E, na verdade, alguns autores foram atenciosos a trajetória do futuro conde. Talvez a mais representativa seja a biografia, em três volumes, escrita por Maria Amália Vaz de Carvalho, a pedido da neta d. Maria de Souza Holstein, e publicada entre 1900 e 1903.

Entretanto, de acordo com recente texto do português António Ventura, o papel decisivo desempenhado numa época de grande tumulto foi esquecido por uma historiografia liberal dos setores mais radicais:

Mas, simultaneamente, poucos foram como ele tão profundamente condenados a permanecer no limbo do esquecimento, pena terrível onde se cristalizam as injustiças, por vezes sem reparação. Liberal moderado, as suas tomadas de posição geraram ódios e incompreensões entre os contemporâneos, especialmente entre seus adversários políticos. (VENTURA, 2004: 53)

Sobre a recente produção historiográfica, é necessário destacar a respeitável obra de Valentim Alexandre – *Os sentidos do Império* – que, ao abordar a diplomacia luso-brasileira durante o governo de D. João VI, se depara com um Palmela enquanto diplomata preocupado com os interesses da antiga metrópole a partir do final da guerra na Europa e das discussões no Congresso de Viena.

O que se mostra interessante na sua trajetória sujeita a diferentes interpretações, é como e na defesa de quais interesses são identificadas suas ações. Para Valentim Alexandre, por exemplo, a despeito de uma crescente relevância do Brasil nos planos da monarquia

portuguesa para o Império luso-brasileiro – de acordo com os planos de um dos grandes idealizadores, D. Rodrigo de Souza Coutinho – o Conde de Palmela permanecia atrelado a uma postura metropolitana. Ou seja, enquanto as instruções da corte privilegiavam os assuntos brasileiros, para Palmela questões portuguesas como a devolução de Olivença e a instabilidade de Lisboa perante os interesses espanhóis eram maior urgência.

Contudo, analisando mais propriamente as correspondências diplomáticas, é possível perceber o quão complexa eram as circunstâncias. E, na verdade, olhar para os relatos de Palmela, em particular, permitem perceber o quanto tal contexto é mais plural e dinâmico do que a progressiva sedimentação de interesses opostos entre Portugal e Brasil. Os interesses, se contrários *a posteriori*, mostram-se, por vezes, profundamente imbricados quando se percebe a identificação, não com o território somente, mas com a monarquia primordialmente.

A continuidade da monarquia absoluta e a própria segurança do Rei interpõe interesses e questões que, até certo ponto, não se definiam em lados opostos. Após 1814, por outro lado, os negócios da Coroa são tomados pela tentativa de minimizar a influência inglesa no espaço de decisão português na conjuntura internacional. Assim, múltiplos projetos ganham relevância e disputam lugares e preferências. Inclusive durante as negociações travadas por Palmela que, quanto às relações luso-espanholas deparava-se tanto com a questão de Olivença quanto com a intervenção portuguesa na Banda oriental do Rio da Prata. E, por outro lado, se os acordos e tratados com a Inglaterra enfraqueciam a situação portuguesa na Europa, também era fonte de preocupação a pressão britânica pelo fim do tráfico de escravos que muito ameaçava a economia brasileira.

Tais assuntos se revezavam enquanto pauta primordial e a dificuldade em conciliar estratégias e projetos diversos, principalmente após a elevação do Brasil à condição de Reino Unido, vai assumindo contornos mais claros com o final da década de 1810.

Logo, é no contexto da tentativa de sedimentar a corte portuguesa no Rio de Janeiro, após 1815, que se vislumbra a possibilidade de melhor compreender a articulação entre interesses internos e contexto externo, a partir do personagem Conde de Palmela.

Sua condição de diplomata e aristocrata português permite-lhe vislumbrar a permanência da soberania monárquica apenas enquanto estabelecida em Portugal. E a conjuntura a sua frente, ao contrário, apresenta-se favorável aos vínculos sedimentos na América meridional em prol da perpetuidade do Império luso-brasileiro. De modo geral, é um momento fundamental para a articulação dos projetos político que seriam determinantes para o futuro tanto da Casa real quanto da união entre Portugal e Brasil.

A multiplicidade de funções exercidas pelos diplomatas portugueses² - além de estadistas, elos culturais entre o reino e os demais países – torna-se mais aparente quando do processo de mudanças políticas impulsionado pela Revolução Francesa. Mais do que nunca, as interações entre as visões de mundo individuais e os eventos políticos em curso permitirão conclusões interessantes acerca das respostas às problemáticas sociais formuladas no cerne de um momento de crise e transformação.

“Na verdade, a racionalidade na qual se baseiam as suas reflexões tem, como fundamento, um conjunto de concepções de estado postas discretamente em causa pela revolução francesa. Assim, pensar o impensável exigia um esforço de reequacionar o presente e o futuro de cada um e de todos numa conjuntura caracterizada por uma extrema fluidez dos eventos políticos” (SILVA, 2007: 11)

De modo geral, por conseguinte, vislumbra-se pensar o político não apenas através das principais referências doutrinárias, mas também dos homens – como são os estadistas e diplomatas – que participavam das discussões e das decisões perante os problemas e incertezas de uma época.

Ou seja, serão priorizadas as possibilidades de aproximação e distanciamento entre a ação individual e os projetos pretendidos para a estrutura social então vigente. Ao mesmo tempo, considerando um cenário profundamente marcado por prognósticos incertos quanto ao futuro, em que noções de mudança e permanência se entrecruzam no ajustamento de definições sobre o público e o privado.

Fator que, na verdade, é dinamizado por um panorama em que as cartas, diários, memórias representam um novo espaço de investigação histórica, com novos objetos, metodologias e fontes. As delimitações do espaço privado e da individualidade conformadas a partir do século XVIII dão o tom dessa produção de escrita de si, próprio de uma nova referência de modernidade e de constituição de uma identidade individual. Um processo de mudança social pelo qual o indivíduo afirma-se enquanto singular no interior do todo social, ao mesmo tempo em que se reconhece enquanto indispensável ao mesmo todo. Enquanto, a verdade, nesse contexto sociocultural, deixa de ser apenas aquela verdade factual, passível de

² No entanto, além do impacto dos acontecimentos externos, pretende-se valorizar as circunstâncias internas do governo português a fim de melhor compreender a dinâmica que permeia a atuação dos diplomatas – verdadeiros elos entre as conjunturas interna e externa. Desse modo, a diplomacia é entendida a partir de sua inserção nas estruturas de poder que, desde a segunda metade do século XVIII, passar por intensos processos de adaptação. Verificava-se, então, uma progressiva profissionalização da administração pública, bem como um alargamento nas perspectivas sobre a gestão da coisa pública. Ou seja, um momento ainda marcado pelo impacto do reformismo ilustrado na governabilidade. Por outro lado, é preciso considerar as permanências em torno de um ideário nobiliárquico que, à despeito de possíveis re-significações, ainda delimitava as formas de ascensão e atuação nos cargos públicos no Portugal de fins do Antigo Regime.

prova, objetiva; adquirindo caráter plural, sendo vinculada às noções de subjetividade e sinceridade - ou seja, relação entre história-memória-verdade, que precisa ser pensada na necessidade de formulações específicas de crítica às fontes históricas.

Todavia, tal compreensão não pode disfarçar os interesses que transbordam da dimensão biográfica. Os objetivos do historiador não se esgotam no indivíduo, já que esse constitui seu ponto de partida para o entendimento maior do grupo social. Uma análise, ao revelar as margens de liberdade e de coação, intenta promover um entendimento mais elucidativo das construções das solidariedades, dos conflitos e das representações que os grupos fazem de si e para si, num determinado recorte histórico.

Ao optar, metodologicamente, por um recorte em torno da figura do Conde de Palmela, não se pretende privilegiar suas ações somente por seus interesses ou mesmo sua personalidade. A preocupação tanto com o estadista D. Pedro de Sousa Holstein, quanto com os discursos políticos contidos nas correspondências trocadas entre ministros, monarca e diplomatas, insere-se numa perspectiva que privilegia as dinâmicas e disputas que demarcaram as filiações ideológicas e os interesses em jogo na atlântica disposição da monarquia lusa nos anos iniciais do século XIX. Preocupar-se com a diplomacia e com a atuação de Palmela no que tange significantes capítulos da história do Brasil também expressa preocupação com as possíveis redes de relações as quais contemporâneos pretendiam aproximar-se ou combater.

Outro aspecto a ser comentado diz respeito ao Conde de Palmela. Na verdade, o destaque dado a tal personagem pouco está vinculado a uma tentativa de, simplesmente, relatar seus posicionamentos, atitudes e feitos de modo isolado. De fato, a pretensão de realçá-lo - cercandome de alguns referenciais teórico-metodológicos do estudo biográfico- como ponto de inflexão da pesquisa é levantar a questão das dificuldades, no contexto histórico destacado, de conciliar os interesses dos Reinos de Portugal e do Brasil numa combinação imperial - tal qual pretendida pela Casa dos Bragança e, principalmente, pelas elites com expressivos interesses econômicos e políticos sediados na corte do Rio de Janeiro. É, na verdade, a relação entre indivíduo e contexto que se mostra produtiva para a construção analítica, a partir de uma concepção análoga, sempre mutável, entre indivíduo e grupo.

Uma perspectiva microanalítica, nesse caso, só é possível com o reconhecimento de uma margem possível de liberdade do indivíduo. Apesar das determinações sociais e culturais, mesmo significativas, não é esgotada a existência de um campo de ação livre e consciente “que os interstícios inerentes aos sistemas gerais de normas deixam aos atores”. As

incoerências, inevitáveis, precisam fazer parte das preocupações sem, ao mesmo tempo, renunciar à dinâmica das condutas coletivas e o impacto das estruturas.

Enfim, o período analisado é visto como um importante momento para explorar as mudanças operadas nos discursos políticos. Pretende-se, portanto, realizar uma análise política preocupada com as estratégias de poder e os respectivos interesses em jogo.

Bibliografia

ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de. “As invasões francesas e a afirmação das idéias liberais” in: MATTOSO, José (org.) *História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)*. Vol. 5, Lisboa: Estampa, 1993.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808*. São Paulo: Edusc, 2008.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. *Carlota Joaquina na corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica” In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

BURKE, Peter. *A Invenção da Biografia e o Individualismo Renascentista*. In: “Estudos Históricos”, Rio de Janeiro, n. 19, 1997

CARDIM, Pedro. «Nem tudo se pode escrever». Correspondencia diplomática e información «política» en Portugal durante el siglo XVII”. In: *Cuadernos de Historia Moderna*. Anejos. 2005, IV 95-128.

CARVALHO, Maria Amália Vaz de. *Vida do duque de Palmella, D. Pedro de Souza e Holstein*, Imprensa: Lisboa : Imprensa Nacional, 1898-1903.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: UnB, 1981.

DIAS, Maria Odila da S. “A interiorização da Metrópole”. In.: MOTA, Carlos Guilherme.(org.) *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1986, pp.160-184.

_____. Aspectos da Ilustração Brasileira. *RIHGB*, v.278,1969.

ELIAS, N. *A Sociedade de corte* Lisboa, Portugal : Estampa, 1995.

FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

GOMES, Ângela de Castro(org.). “Escrita de si, escrita de História e título de prólogo”. In: *Escrita de si. Escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*, México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

HESPANHA, Antônio Manuel - *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal Século XVII*, Coimbra, Livraria Almedina, 1994.

JANCSÓ, István. & PIMENTA, J. P. G. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta; a experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. São Paulo: Senac, 2000.

_____. *Brasil: Formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec, Unijuí, Fapesp, 2003.

KOSSELLECK, R. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC, 2006.

_____. *Crítica e crise. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora Uerj, 1999.

LE GOFF, J. “Introdução” in: _____. São Luís. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1999.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVILLAIN, Philippe. 1996. “Os protagonistas: da biografia”. In: RÉMOND, René. Por uma história política. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Editora da

Fundação Getúlio Vargas.

LIMA, Oliveira. D. *João VI no Brasil*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

LYRA, Maria de Lourdes. *A Utopia do poderoso império. Portugal e Brasil : bastidores da política (1798-1822)*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da independência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: Access, 1994.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Ed. 34, 2005.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo & CARDIM, Pedro. “La Diplomacia Portuguesa durante el Antiguo Régimen. Perfil sociológico y trayectorias.” In: *Cuadernos de Historia Moderna*, 2005, 30, 7-40.

NEVES, Lucia B. Pereira das. *Corcundas e Constitucionais. A cultura política da independência*, Rio de Janeiro, RJ : Revan, , 2003.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial.(1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

OLIVEIRA, Ricardo. “Política, diplomacia e o império colonial português na primeira metade do século XVIII”. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba: UFPR, n. 36, p. 251-278, 2002.

OLIVEIRA, Cecília Helena L. Salles de. *A Astúcia Liberal. Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*, Bragança Paulista: Edusf/Ícone, 1999.

PANTALEÃO, Olga. “O reconhecimento do Império: a mediação inglesa”. In: HOLANDA, S. B. de. *História Geral da Civilização Brasileira*. 4ªed. Rio de Janeiro: Difel, 1976, Tomo II.

PEDREIRA, Jorge Miguel. *Estrutura industrial e mercado colonial. Portugal e Brasil (1780-1830)*. Lisboa: Difel, 1994.

PIMENTA, J.P.G. *Estado e nação no fim dos Impérios ibéricos no Prata, 1808-1828*. São Paulo: Hucitec, 2002.

POCCOCK, J. G. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003.

PROENÇA, Maria Cândida. *A independência do Brasil. Relações externas portuguesas, 1808-1825*. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

REVEL, Jacques. *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

ROSANVALLON, P. “Por uma história conceitual do político”. In: *Revista Brasileira de História*. V. 15, n°30, 1995.

SILVA, Júlio Joaquim da Costa R. *Ideário político de uma elite de estado. Corpo diplomático (1777/1793)*. Lisboa: Fundação Galouste Gulbenkian, 2002.

SILVA, Ana Clocllet da. *Inventando a Nação: Intelectuais e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2007.

SCHULTZ, kirsten. *TropicalVersailles. Empire, Monarchy, and the Portuguese Royal Court in Rio de Janeiro, 1808-1821*. New York: Routledge, 2001.

VENTURA, António. *Estudos sobre a história e cultura contemporâneas de Portugal*. Lisboa: Centro de História: Caleidoscópio, 2004.